

Desfile de 7 de Setembro aposta em nacionalismo

Público entoa 'sem anistia' em meio ao julgamento sobre golpe

Por Karoline Cavalcante

Sob o lema "Brasil Soberano", a Esplanada dos Ministérios foi palco, neste domingo, de um 7 de Setembro com tom institucional, simbólico e político. Com estimativa de 45 mil pessoas, o tradicional desfile cívico-militar celebrou os 203 anos da Independência do Brasil e apresentou uma narrativa voltada à valorização da soberania, ao protagonismo ambiental e aos investimentos estruturais do governo federal.

O evento, que durou pouco mais de duas horas, foi dividido em três grandes eixos temáticos: "Brasil dos Brasileiros", "COP30 e Novo PAC", e "Brasil do Futuro". Além das tradicionais apresentações das Forças Armadas, a cerimônia deste ano teve forte presença de símbolos ligados a políticas públicas e à agenda climática — como os mascotes Curupira, da COP30, e o tamanduá Labareda, das ações de manejo do fogo.

Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) chegou ao desfile ao lado da primeira-dama, Rosângela Lula da Silva, a "Janja", no icônico Rolls Royce conversível. Em seu pronunciamento, transmitido na véspera do feriado, Lula reforçou a autonomia nacional e fez menções ao compromisso do Brasil com a preservação ambiental.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) participou do desfile acompanhado da primeira-dama, Rosângela Lula da Silva, a "Janja", no clássico conversível Rolls Royce presidencial. No pronunciamento transmitido na véspera do feriado, Lula destacou a autonomia nacional e fez acenos ao meio ambiente:

"Somos capazes de governar e cuidar da nossa terra e da nossa gente, sem interferência de nenhum governo estrangeiro. Mantemos relações amigáveis com todos os países, mas não aceitamos ordens de quem quer que seja. O Brasil tem um único dono: o povo brasileiro", afirmou. "Reduzimos pela metade o desmatamento na



Lula e Janja chegaram ao desfile no icônico Rolls Royce conversível

Amazônia, que, em novembro, sediará a COP30, a maior conferência climática do planeta", completou o chefe do Executivo.

"Sem anistia"

Na plateia, o público presente — composto por famílias, servidores públicos e estudantes — manifestou apoio ao presidente, mas também enviou sinais claros à classe política. A frase "sem anistia" foi entoada em coro, especialmente no momento da chegada do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), em referência à movimentação no Congresso Nacional para anistiar os envolvidos nos ataques do dia 8 de janeiro de 2023 — quando manifestantes invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes.

Apesar da presença massiva de ministros — incluindo nomes do centrão, como Celso Sabino (Turismo) e André Fufuca (Esporte), cujos partidos anunciaram recentemente o rompimento com o governo — o Supremo Tribunal Federal esteve ausente. O presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, viajou à França, e o ministro Alexandre de Moraes, relator de processos contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e aliados, também

não compareceu, ao contrário dos anos anteriores.

Desfile

Além das tropas da Marinha, Exército e Aeronáutica, o desfile apresentou blocos temáticos que destacaram ações estratégicas do governo. O programa Pé-de-Meia, voltado ao combate à evasão escolar, levou estudantes ao centro da Esplanada, enquanto trabalhadores do Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) marcharam com Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), carregando faixas que exaltavam os investimentos em infraestrutura.

Outro ponto de destaque foi a participação inédita da banda sinfônica Neojibá, da Bahia, formada por jovens em situação de vulnerabilidade social. O grupo emocionou o público com execuções de obras como Aquarela do Brasil e Ponteio, além do Hino da Independência.

A apresentação da Esquadriha da Fumaça atraiu os olhares ao céu da capital, como já é tradição. No chão, a presença do mascote Curupira, símbolo da COP30, e do tamanduá-bandeira Labareda, destacou o compromisso ambiental do país. Brigadistas florestais do Instituto Brasileiro do

Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), incluindo indígenas e representantes de comunidades tradicionais, desfilarão com veículos e equipamentos usados em operações de combate a incêndios.

Brasil Soberano

Em resposta aos símbolos nacionalistas utilizados por grupos bolsonaristas nos últimos anos, o governo apostou em um rebranding visual. Bonés com o lema "Brasil Soberano" nas cores verde, azul e amarelo foram distribuídos ao público, numa tentativa de resgatar o patriotismo para além das polarizações políticas. Uma bandeira nacional de 140 metros quadrados foi carregada por dezenas de pessoas durante o desfile.

Em meio ao julgamento de Bolsonaro e ao recio de manifestações de rua, o evento teve segurança reforçada, sob coordenação do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), com apoio da Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF) e forças locais. O monitoramento foi intensificado durante a semana, mas, segundo as autoridades, não houve registros de anormalidades ou tentativas de mobilização extremista nas proximidades.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Para jurista, proposta quer "soltar todo mundo"

Streck: "Projeto só não dá anistia para o PCC"

Advogado e professor de direito constitucional, Lenio Streck diz que o projeto de anistia elaborado pelo PL "só faltou incluir o PCC entre os beneficiados". Para ele, o texto é, no limite, capaz de beneficiar implicados com o assassinato da vereadora Marielle Franco, que envolve políticos e milicianos.

Divulgada com exclusividade pelo Correio Bastidores na última quarta, a

proposta, acaba com inegitibilidades como a de Jair Bolsonaro e prevê anistia ampla e irrestrita, até para políticos envolvidos com associações criminosas ou milícias.

A minuta, afirma, beneficia até mesmo casos como o que envolve instituições financeiras. "Querem soltar todo mundo. Só o fato de isso ser proposto mostra a que ponto chegamos", frisa.

Exceção

Streck ressalta que anistias marcam momentos de transição, como a concedida em 1979, são relacionadas a períodos de exceção. "Não há notícias de anistia desse tipo em plena democracia". Ressalta que a tentativa de ruptura foi feita por quem estava no poder.

'Anomalia'

"Setores do Legislativo discutem agora uma autoanistia até para o próprio PL, já que o projeto elimina as multas aplicadas ao partido", destaca. Segundo ele, a anistia agora seria, além de inconstitucional, seria anti-institucional, uma anomalia.

Jane de Araújo/Agência Senado



Jurista ressalta excepcionalidade do regime

Lei de FHC reconheceu como legítima luta contra ditadura

Streck lembra que uma lei de 1995, aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, estabeleceu indenizações para quem resistiu à ditadura, ou seja, reconheceu que não havia juridicidade no regime militar.

Assim, a lei determinou que a luta dos que beneficiava era justa e legal — a

anistia de 1979 foi feita em situação de não democracia, e ainda incluiu militares e torturadores.

"A ditadura se autoanistiou e, de lambuja, fez o mesmo com os setores que a combateram", diz.

Para ele, o Brasil é o único país em que o Poder Legislativo (e não o Executivo) se coloca contra o Judiciário.

Sem chances

Para a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), o texto do projeto, apresentado pelo líder do PL, Sóstenes Cavalcante (RJ), "não tem a menor chance de permanecer". Mas ela admite que, hoje, uma anistia seria aprovada pela Câmara — daí a intenção de impedir a votação.

Crise

"A pressão sobre o Hugo (Motta, presidente da Câmara), dos dois lados, está grande", diz. A base governista, afirma, insiste que a votação seria um erro e geraria crise institucional com o STF, que consideraria a proposta inconstitucional, e com o Senado, que a engavetaria.

Etapa

Favorável à anistia, um senador do PL diz que o caso está com a Câmara, onde a proposta "ganhou tração". "Qualquer antecipação em relação ao que vai acontecer no Senado seria uma precipitação. É preciso ver, primeiro, o que será aprovado pelos deputados", insiste.

Bode

Para ele, que pediu anonimato, o projeto de Sóstenes equivale à velha história de colocação de um bode na sala. "Como muita gente rejeita completamente a anistia, ele fez o oposto, apresentou um projeto bem amplo. Vamos ver o que acontecer", argumenta.

Crise entre Venezuela e EUA preocupa, diz ministro da Defesa

Marcelo Camargo/Agência Brasil

O ministro da Defesa, José Múcio, manifestou preocupação de que a crise entre Venezuela e Estados Unidos (EUA) possa chegar à fronteira do Brasil e lembrou que as Forças Armadas enviaram reforços para região antes do início das tensões das últimas semanas.

"Estamos preocupados, como eu disse, com a nossa fronteira, para que ela não sofra e não transforme a nossa fronteira numa trincheira. O Brasil é um país pacífico. Nós investimos em armas, nas nossas forças, para defender o nosso patrimônio. Não é de olho na terra de ninguém", comentou Múcio na sexta-feira (5), após encontro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O ministro explicou que o Brasil mantém operações permanentes na fronteira com a Venezuela e, em 2024, havia programado para este ano a Operação Atlas, antes do agravamento da tensão entre Caracas e Washington.

"Nós estamos deslocando tropas para fronteiras, pensando na COP30, pensando em dar uma maior assistência a uma parte da fronteira mais inhospita, mais inacessível. De repente, estourou esse problema. A pessoa [diz] 'foi lá para ajudar a Venezuela'. [Não] foi



José Múcio classificou a tensão como "briga de vizinho"

lá para não ajudar ninguém", acrescentou o ministro.

Em dezembro de 2023, o Brasil enviou tropas para a Fronteira com a Venezuela no contexto das tensões entre o governo de Nicolas Maduro e a Guiana, que disputam o controle da região de Essequibo.

'Briga de vizinho'

Sobre a crise entre Venezuela e EUA, que tem escalado nas últimas semanas, o ministro José Múcio disse que a situação é

como "briga de vizinho".

"Isso é como briga de vizinho. Eu não quero que eles mexam no meu muro. Eu não quero que eles tirem a fiação que acende a frente da minha casa, que não mexam na minha casa, torcemos para que passe. Evidentemente, Eles devem ter os seus motivos", comentou.

Nessa semana, o Brasil assinou documento em parceria com a maioria dos países da América Latina e Caribe, manifestando preocupação com

a presença militar dos Estados Unidos na costa da Venezuela.

Crise militar

O governo Donald Trump vem deslocando navios e um submarino militares para a costa venezuelana, sob o argumento do "combate às drogas", enquanto acusa o governo de Nicolas Maduro de liderar um cartel narcotraficante.

Maduro rejeita as acusações e diz que Washington usa esse argumento para promover uma "troca de regime" do país sul-americano, dono das maiores reservas de petróleo do mundo. Especialistas consultados pela Agência Brasil rejeitaram chamar a Venezuela de "narcoestado", como diz o governo Trump.

No sábado (6), o presidente Maduro pediu para que os Estados Unidos reduzam as tensões para evitar um conflito.

"O governo dos Estados Unidos deve abandonar seu plano de mudança violenta de regime na Venezuela e em toda a América Latina e o Caribe e respeitar a soberania, o direito à paz, à independência", disse o presidente venezuelano.

Por Lucas Pordeus León (Agência Brasil)